



Liderança da Universidade LDC para Catalisar o Financiamento da Adaptação Climática

MANUAL DE TREINAMENTO



ÍNDICE

Siglas e abreviaturas.....	3
1. Introdução.....	5
2. Objetivos da Formação.....	6
3. Público-alvo.....	6
4. Materiais e ferramentas de formação.....	6
5. Cursos de Formação.....	7
5.1. Curso breve 1: Noções básicas de financiamento do clima no contexto dos PMA.....	7
Sessão 1.1: Negociações das Mudanças Climáticas.....	7
Sessão 1.2: O que é Financiamento Climático?.....	7
Sessão 1.3: luxos e instrumentos globais de financiamento climático.....	8
Sessão 1.4: Mecanismos financeiros e principais desafios de acesso.....	8
5.2. Curso curto 2: Financiamento dos setores público e privado para a adaptação às mudanças Climáticas.....	9
Sessão 2.1: Integração do financiamento da adaptação às Mudanças Climáticas no orçamento público - ferramentas e abordagens.....	9
Sessão 2.2: Esquemas de troca de dívida por clima.....	9
Sessão 2.3: Financiamento privado da adaptação.....	10
Sessão 2.4: Mecanismos do mercado de carbono para o financiamento da adaptação.....	10
Sessão 2.5: Financiamento de ações subnacionais de adaptação ao clima.....	10
5.3. Curso curto 3: Igualdade de género e inclusão social para o financiamento climático.....	10
Sessão 3.1: Introdução e enquadramento do IGIS.....	11
Sessão 3.2: Operacionalização da IGIS no financiamento da adaptação climática.....	11
Sessão 3.3: Considerações sobre a IGIS nos fundos climáticos existentes.....	11
Sessão 3.4: Desafios na implementação de mandatos de género nos fundos climáticos existentes.....	12
5.4. Curso Breve 4: Princípios básicos do Desenvolvimento de uma Fundamentação Climática.....	12
Sessão 4.1: A ciência do clima como base para o financiamento climático.....	12
Sessão 4.2: Conceptualização de uma lógica climática.....	13
Sessão 4.3: Desenvolvimento de uma lógica climática.....	13
Sessão 4.4: Plataformas de dados e recursos adicionais.....	13
5.5. Curso curto 5: Desenvolvimento de notas conceptuais e propostas de financiamento para os mecanismos de financiamento climático existentes.....	13
Sessão 5.1: Os preliminares para o desenvolvimento dos documentos de síntese e das propostas de financiamento do FVC.....	14
Sessão 5.2: O Fundo Verde para o Clima Desenvolvimento de propostas de adaptação.....	14
Sessão 5.3: Workshop de redação sobre o desenvolvimento de propostas do FVC.....	14
6. Glossário.....	15

Siglas e abreviaturas

FA	Fundo Adaptação
C-AGIP	Avaliação da Gestão do Investimento Público Climático
MOC	Marcação do Orçamento Climático
AMC	Adaptação às mudanças Climáticas
FC	Financiamento ao Clima
FIC	Fundos de Investimento Climático
COP	Conferência das Partes
GFPSC	Gestão das finanças públicas sensível ao clima
DPA	Dívida -por-Adaptação
DPC	Dívida-por-Clima
DPN	Dívida-por-Natureza
AbE	Adaptação baseada nos ecossistemas
FVC	Fundo Verde para o Clima
GEF	Fundo Mundial para o Ambiente
IGIS	Igualdade de género e inclusão social
IPCC	Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas
PMA	Países Menos Avançados
FPMA	Fundo para os Países Menos Avançados
FPD	Fundo de Perdas e Danos
PANA	Programas de Ação Nacionais de Adaptação
PNA	Planos Nacionais de Adaptação
NCQG	Novo objetivo coletivo quantificado em matéria de financiamento do clima
CND	Contribuição Nacionalmente Determinada
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ADPA	Análises das Despesas Públicas para o Ambiente
AGIP	Avaliação da Gestão do Investimento Público
PPP	Parcerias Publico-Privadas
FEMC	Fundo Especial para as Mudanças Climáticas
<u>CPF</u>	Comité Permanente das Finanças

SDG	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
SIDS	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
CQNMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas
UNI-LEAD	LDC Liderança universitária para catalisar o financiamento da adaptação climática
OMM	Organização Meteorológica Mundial

1. Introdução

Os Países Menos Avançados (PMA) debatem-se com uma multiplicidade de impactos das Mudanças Climáticas que afectam negativamente os meios de subsistência, o bem-estar, os ecossistemas e o desenvolvimento económico. Os obstáculos persistentes à intensificação das acções de adaptação às mudanças Climáticas nos PMD impedem que o financiamento chegue efetivamente aos locais onde é mais necessário.

Por exemplo, em muitos países onde existe acesso direto, há ainda desafios significativos no que diz respeito às competências necessárias para desenvolver propostas financiáveis, incluindo o desenvolvimento da base de dados sobre as Mudanças Climáticas, a formulação de teorias de mudança rigorosas, a integração da igualdade de género e de considerações de inclusão social na conceção do projeto e o desenvolvimento de sistemas eficazes de acompanhamento, avaliação e aprendizagem. A falta de capacidade no país significa que os governos dos PMA têm de recorrer a peritos internacionais e a intermediários multilaterais, o que aumenta significativamente os custos de preparação dos projetos e não resolve os défices de capacidade nos países.

O projeto LDC University Leadership for Catalyzing Climate-Adaptation Finance (UNI-LEAD) visa dar resposta a estes desafios através do reforço das capacidades das universidades dos PMA no âmbito do Consórcio Universitário dos PMA para as Mudanças Climáticas (LUCCC) para prestar aconselhamento técnico aos seus governos em matéria de financiamento climático. Uma ferramenta importante para o fazer é esta série de cursos de curta duração que foram concebidos para os membros do LUCCC oferecerem aos seus governos. Este esforço destina-se a reforçar a colaboração entre universidades e governos e a aumentar as competências e a confiança das universidades do LUCCC para ministrarem formação em financiamento climático que reforce as competências e aptidões dos funcionários governamentais para desenvolverem notas conceptuais e propostas financiáveis para acederem ao financiamento climático.

Os cinco cursos exploram uma série de tópicos relacionados com o financiamento climático. Os cursos curtos 1 e 2 foram concebidos para fornecer uma base alargada e exemplos para navegar no panorama cada vez mais complexo das estruturas e regimes de financiamento do clima, no contexto dos PMA. Os cursos curtos 3 e 4 destinam-se a explorar conceitos-chave (com conselhos e orientações práticas) sobre como incorporar eficazmente a igualdade de género e a inclusão social - e como desenvolver uma forte fundamentação climática, respetivamente - nos conceitos e propostas de financiamento climático. A série culmina com o curso curto 5, que oferece um “como fazer” sobre os passos práticos para desenvolver uma nota concetual de financiamento climático, com uma ênfase particular no desenvolvimento de uma teoria da mudança.

Os cinco currsos são:

1. Noções básicas de financiamento climático no contexto dos PMA
2. Financiamento dos sectores público e privado para a adaptação às mudanças Climáticas
3. Integração da igualdade de género e da inclusão social (IGIS) no financiamento da luta contra as Mudanças Climáticas
4. Fundamentos do desenvolvimento de uma fundamentação climática
5. Desenvolvimento de notas conceptuais e propostas de financiamento para os mecanismos de financiamento do climático existentes

2. Objetivos da Formação

O objetivo geral deste programa de formação é reforçar a capacidade e a visibilidade das universidades LUCCC para fornecerem conhecimentos técnicos e orientações aos respectivos governos sobre o acesso ao financiamento da luta contra as Mudanças Climáticas.

Os resultados de aprendizagem previstos por este programa incluem:

- Melhoria da compreensão e da confiança dos membros universitários do LUCCC em relação aos principais aspetos do financiamento climático.
- Melhoria das competências de instrutor e da confiança dos membros universitários do LUCCC na prestação de formação aos seus governos sobre financiamento climático.
- Aumento da compreensão dos funcionários do governo sobre como navegar no complexo cenário de financiamento climático e maior capacidade de desenvolver propostas de financiamento climático financiáveis

3. Público-alvo

O público-alvo principal deste programa de formação são os funcionários públicos que trabalham na adaptação às mudanças Climáticas e que precisam de desenvolver mais competências em matéria de financiamento climático. As audiências secundárias podem incluir peritos em clima de ONG, OSC e outras partes interessadas que actuam junto do público.

4. Materiais e ferramentas de formação

Cada um dos 5 cursos contém três elementos:

1. Um livro de exercícios de 40 a 50 páginas, com uma extensão média de 40 a 50 páginas, que fornece informações pormenorizadas sobre a matéria em causa. Este livro de exercícios representa o coração do curso.
2. Uma apresentação em Powerpoint que contém as principais informações contidas no livro de exercícios do curso que o instrutor pode utilizar para lecionar o curso.

3. Um guia do instrutor que fornece informações detalhadas e dicas sobre como ensinar o material. O guia é acompanhado por um vídeo do Powerpoint apresentado pelo criador de cada um dos 5 cursos.

5. Cursos de Formação

5.1. Curso breve 1: Noções básicas de financiamento do clima no contexto dos PMA

Aceder aqui:

<https://unilead.weadapt.org/short-course-1-basics-of-climate-finance-in-the-ldc-context/>

Noções básicas de financiamento climático no contexto dos PMA foi concebido para aprofundar a compreensão do longo arco das negociações sobre o clima e da forma como o financiamento climático se enquadra nesse panorama. O curso centra-se principalmente nos principais mecanismos de financiamento do clima (FVC, FA e GEF) e também destaca os desafios que os PMD enfrentam no acesso ao financiamento através destes grandes esquemas.

Sessão 1.1: Negociações das Mudanças Climáticas

Esta sessão oferece aos participantes uma visão geral da história das negociações sobre Mudanças Climáticas, ajudando-os a compreender o contexto histórico e o processo no âmbito da UNFCCC. No final desta sessão, os participantes terão uma compreensão mais clara: (i) das origens e da evolução das negociações sobre Mudanças Climáticas e (ii) da forma como os países negociam no quadro das Mudanças Climáticas da ONU e influenciam os resultados. Esta sessão termina com um exercício que inclui um conjunto de perguntas destinadas a ajudar os participantes a aprofundar a sua compreensão do contexto e dos processos que ocorrem durante as reuniões da COP (Conferência das Partes).

Sessão 1.2: O que é Financiamento Climático?

Com base na sessão anterior, a Sessão 1.2 fornece uma compreensão fundamental do financiamento climático, incluindo as suas disposições na Convenção e no Acordo de Paris, e o estado atual das negociações de financiamento climático que apoiam a implementação destes acordos. No final desta sessão, os participantes compreenderão: (i) os conceitos básicos de financiamento do clima, (ii) as disposições de financiamento do clima na Convenção e no Acordo de Paris e (iii) o estado atual das negociações de financiamento do clima no âmbito do processo da CQNUMC. A sessão explica como os fundos são atribuídos entre iniciativas de atenuação e adaptação, e os objectivos em evolução estabelecidos no âmbito da Convenção e do Acordo de

Paris para atingir 100 mil milhões de dólares por ano para apoiar os países em desenvolvimento. A sessão termina com perguntas destinadas a incentivar o pensamento crítico e uma mensagem para levar.

Sessão 1.3: luxos e instrumentos globais de financiamento climático

Com base no conhecimento da sessão anterior sobre os princípios básicos do financiamento do clima e o estado do financiamento do clima, esta sessão analisa os fluxos e instrumentos do financiamento climático global. Oferece uma visão geral das transferências de financiamento climático dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, examinando as tendências, as lacunas e os instrumentos utilizados para canalizar estes fundos. No final desta sessão, os participantes compreenderão: (i) os fundamentos dos fluxos de financiamento climático dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, (ii) as tendências globais e as lacunas nos fluxos de financiamento do clima e (iii) os instrumentos e canais para o financiamento climático. Esta sessão oferece informações abundantes sobre o panorama do financiamento climático, incluindo os instrumentos utilizados, o fluxo de fundos e as diferentes fontes financeiras. Culmina com um exercício destinado a melhorar a compreensão e a reter as principais conclusões da sessão.

Sessão 1.4: Mecanismos financeiros e principais desafios de acesso

Esta sessão apresenta uma panorâmica das entidades operacionais do mecanismo financeiro estabelecido ao abrigo da Convenção e do Acordo de Paris. Destina-se a ajudar a desenvolver uma compreensão alargada das modalidades de acesso, das áreas estratégicas de programação, critérios de investimento, instrumentos de cada uma das entidades operacionais, nomeadamente o Fundo Mundial para o Ambiente, o Fundo para os Países Menos Avançados, o Fundo Especial para as Mudanças Climáticas, o Fundo de Adaptação, o Fundo Verde para o Clima e o Fundo para Perdas e Danos. A sessão inclui uma panorâmica dos desafios únicos que os PMA enfrentam, resultantes da complexidade dos processos e dos requisitos de acesso ao financiamento climático, combinados com uma falta generalizada de conhecimentos especializados e de experiência em matéria de financiamento climático.

5.2. Curso curto 2: Financiamento dos setores público e privado para a adaptação às mudanças Climáticas

Aceder aqui:

<https://unilead.weadapt.org/short-course-2-public-and-private-sector-financing-for-climate-change-adaptation/>

O curso Financiamento dos Setores Público e Privado para a Adaptação às Mudanças Climáticas complementa a ênfase do Curso Breve 1 nos mecanismos

climáticos multinacionais, examinando o papel do financiamento público e privado no apoio à adaptação às Mudanças Climáticas, bem como a devolução do financiamento climático para satisfazer as necessidades de adaptação a nível local. Este curso centra-se em ferramentas para a integração da adaptação às Mudanças Climáticas nos procedimentos orçamentais, trocas de dívida por Mudanças Climáticas, mecanismos do mercado de carbono para o financiamento da adaptação e financiamento de acções subnacionais de adaptação às Mudanças Climáticas.

Sessão 2.1: Integração do financiamento da adaptação às Mudanças Climáticas no orçamento público - ferramentas e abordagens

Esta sessão apresenta o enquadramento concetual da integração da adaptação às Mudanças Climáticas nos sistemas de orçamentação pública e várias ferramentas e abordagens para levar a cabo o exercício de integração. A sessão cobre em pormenor a lógica da integração, os pontos de entrada para a integração da adaptação climática nos processos orçamentais, as ferramentas existentes para a integração da adaptação climática no processo orçamental, tais como a Marcação do Orçamento Climático (MOC), a Avaliação da Gestão do Investimento Público Climático (C-AGIP) e as Análises das Despesas Ambientais Públicas (ADAP). A sessão termina com a apresentação dos desafios para a integração da adaptação climática nos processos orçamentais e fornece estudos de caso dos Países Menos Avançados.

Sessão 2.2: Esquemas de troca de dívida por clima

Com base no ponto 2.1, esta sessão 2.2 apresenta um exemplo de um instrumento inovador que é cada vez mais utilizado nos PMA, uma vez que os orçamentos públicos dos países não são suficientes para financiar as suas Ações Climáticas devido às limitações e aos impactos da dívida nacional. Esta sessão examina os regimes de troca de dívida por clima, para a ação climática através de instrumentos como as trocas de dívida por natureza, as trocas de dívida por adaptação, etc., que são concebidos para abordar duas questões globais prementes (dívida soberana e Mudanças Climáticas), a sessão apresenta o processo através do qual os mecanismos DFC contribuem para os esforços de adaptação climática e a implementação do Acordo de Paris. A sessão termina com os resultados das trocas de dívida por adaptação e a apresentação de dois estudos de caso das Seicheles e do Belize.

Sessão 2.3: Financiamento privado da adaptação

Esta sessão sobre Financiamento Privado da Adaptação visa dotar o formando dos conhecimentos e competências necessários para mobilizar e gerir eficazmente o financiamento do sector privado para projectos e programas de adaptação climática. Apresenta a lógica e os motivos do envolvimento do sector privado na adaptação, os desafios associados ao financiamento privado da adaptação, as opções para alavancar o investimento do sector privado na adaptação, e fornece estudos de caso da Oxfam e da Global Parametrics na Etiópia, da BIMA e do Seguro de Saúde Móvel no Gana, do Fundo Africano para a Agricultura e dos Serviços de Apoio às Explorações Agrícolas em Moçambique,

da *Zambian Breweries* e da *Water Stewardship* na Zâmbia, e da *Off-Grid Electric* (*Zola Electric*) na Tanzânia.

Sessão 2.4: Mecanismos do mercado de carbono para o financiamento da adaptação

Esta sessão centra-se na compreensão do modo como os mecanismos do mercado de carbono podem apoiar os esforços de adaptação climática, contribuindo para o financiamento da adaptação, e na compreensão das implicações políticas da utilização de mecanismos do mercado de carbono para o financiamento da adaptação, incluindo considerações relacionadas com a equidade, a transparência e a governação. A sessão também apresenta o estado e as tendências dos mercados de carbono nos Países Menos Avançados e os desafios na implementação de mecanismos de mercado nos Países Menos Avançados.

Sessão 2.5: Financiamento de ações subnacionais de adaptação ao clima

A última sessão deste curso curto centra-se no financiamento de ações subnacionais de adaptação às Mudanças Climáticas nos PMA e apresenta opções para o apoio dos setores público e privado, individualmente ou em parceria, às ações Climáticas subnacionais. A sessão apresenta igualmente os obstáculos institucionais, técnicos, financeiros e socioeconómicos ao financiamento subnacional da adaptação, as medidas destinadas a eliminar os obstáculos à mobilização do financiamento climático subnacional, bem como estudos de casos e ensinamentos retirados dos mecanismos de Financiamento Climático Descentralizado (FCD) e ensinamentos retirados dos mecanismos-piloto do FCD no Mali, Senegal, Quênia e Tanzânia.

5.3. Curso curto 3: Igualdade de género e inclusão social para o financiamento climático

Aceder aqui:

<https://unilead.weadapt.org/short-course-3-mainstreaming-gender-equality-and-social-inclusion-IGIS-in-climate-finance/>

O curso curto sobre Igualdade de Género e Inclusão Social para o Financiamento Climático tem como objetivo melhorar a compreensão e as ações destinadas a abordar as vulnerabilidades específicas de género ligadas aos riscos e impactos climáticos. O curso foi concebido para aumentar a capacidade dos participantes para avaliar, analisar e incorporar considerações de igualdade de género e inclusão social (IGIS) no desenvolvimento de notas concetuais de financiamento climático e propostas de financiamento. Os participantes obterão orientação prática e ferramentas para garantir que as suas propostas são sensíveis às preocupações IGIS e que abordam efetivamente as necessidades dos grupos vulneráveis e marginalizados.

Sessão 3.1: Introdução e enquadramento do IGIS

Esta sessão foi concebida para cobrir o enquadramento do tema. Ajuda os formandos a compreenderem as bases do conceito de IGIS, decompondo uma série de conceitos associados ao IGIS. Estes incluem género vs sexo, desigualdade vs iniquidade, interseccionalidade, poder, integração da perspetiva de género e a ligação entre género e Mudanças Climáticas. A interseção da igualdade de género, da inclusão social e do financiamento climático é uma área crítica que requer um enquadramento e uma reflexão cuidadosos.

Sessão 3.2: Operacionalização da IGIS no financiamento da adaptação climática

Esta sessão baseia-se nos conceitos básicos da IGIS da sessão anterior, examinando a ligação entre género e Mudanças Climáticas e os aspectos de género do financiamento climático. A sessão explora a razão pela qual o IGIS é importante no financiamento da adaptação climática, como operacionalizar as considerações de género no financiamento climático e que partes interessadas e atores são fundamentais no processo de operacionalização. Fornece aos alunos os passos a seguir e a conduzir uma avaliação de género, bem como a desenvolver um plano de ação de género com exemplos-chave de exemplos do FVC. A avaliação de género e o plano de ação são cruciais para garantir que os projetos satisfazem efetivamente as necessidades dos grupos marginalizados e promovem sociedades mais equitativas e justas ao longo de todo o ciclo de vida do projeto.

Sessão 3.3: Considerações sobre a IGIS nos fundos climáticos existentes

Esta sessão centra-se na caracterização da trajetória da integração da perspetiva de género nas operações de financiamento do clima e centra-se nos quadros políticos para a GESI no âmbito dos principais fundos multilaterais. Considerando que as Mudanças Climáticas afectam desproporcionadamente as mulheres, as raparigas e os grupos marginalizados, exacerbando as desigualdades existentes, a integração da IGIS garante que as ações Climáticas contribuem para uma sociedade mais equitativa e justa. Assim, os principais fundos têm dado prioridade à resolução destas disparidades. A IGIS é uma componente essencial de acordos globais como o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pelo que a sua integração aumenta a legitimidade e a confiança dos fundos climáticos entre as partes interessadas. Ao concentrarem-se na integração da IGIS, os fundos internacionais para o clima podem contribuir para um mundo mais equitativo e resiliente, maximizando simultaneamente o impacto dos seus investimentos.

Sessão 3.4: Desafios na implementação de mandatos de género nos fundos climáticos existentes

O curso de curta duração do IGIS termina com uma sessão sobre os principais

desafios da implementação do IGIS nos fundos climáticos. Esta sessão centra-se nos desafios relacionados com a precisão e fiabilidade limitadas dos dados relacionados com o IGIS, o papel que as percepções desempenham na influência da integração da perspectiva de género e na implementação de projetos de financiamento climático pelos fundos climáticos, e a experiência dos principais fundos para realizar a integração da perspectiva de género, avaliações ou análises de género e o plano de ação de género.

5.4. Curso Breve 4: Princípios básicos do Desenvolvimento de uma Fundamentação Climática

Aceder aqui:

<https://unilead.leadadapt.org/short-course-4-fundamentals-of-developing-a-climate-rationale/>

Os princípios básicos para o Desenvolvimento de uma Fundamentação Climática dá ênfase à utilização de dados e informações sobre o clima para estabelecer uma fundamentação climática sólida que possa ser utilizada para mobilizar recursos financeiros para apoiar os esforços de adaptação, particularmente através de mecanismos como o Fundo Verde para o Clima (FVC). Os participantes compreenderão a base científica do clima subjacente a uma fundamentação climática e explorarão abordagens e processos para aplicar dados e informações sobre o clima no desenvolvimento de uma fundamentação climática sólida no âmbito de propostas de financiamento climático.

Sessão 4.1: A ciência do clima como base para o financiamento climático

Esta sessão define os conceitos-chave que são fundamentais para compreender a interface entre a ciência do clima e o financiamento. Também explora a forma como a ciência do clima pode contribuir para uma ação climática sólida e para um melhor acesso ao financiamento do clima. Serão abordados os principais termos e teorias, incluindo dados climáticos, informação climática e abordagens baseadas em provas, que servirão de base para as restantes sessões do curso de curta duração, que se debruçam sobre as especificidades do desenvolvimento de uma lógica climática. Esta sessão inclui destaques do Relatório de Avaliação do IPCC.

Sessão 4.2: Conceptualização de uma lógica climática

Com base na sessão anterior, a Sessão 4.2 examina a utilidade da fundamentação climática para ligar a ciência do clima à ação climática. Esta sessão centra-se na base de provas para a construção de uma fundamentação climática para a adaptação e mitigação, e nos seus princípios e considerações relevantes. Esta sessão também fornece uma base para a sessão seguinte sobre

como desenvolver uma fundamentação climática.

Sessão 4.3: Desenvolvimento de uma lógica climática

Esta sessão fornece um processo passo-a-passo sobre como desenvolver uma fundamentação climática. Centra-se no processo de 4 etapas do FVC-WMO, que implica i) a identificação da área de interesse; ii) a identificação dos fatores e dados relevantes que contribuem para o clima; iii) a identificação dos fatores relevantes que não contribuem para o clima; e iv) a seleção de acções climáticas eficazes. Os conceitos-chave deste processo por etapas são ilustrados com exemplos de propostas do FVC bem e mal sucedidas.

Sessão 4.4: Plataformas de dados e recursos adicionais

Esta sessão liga todos os conteúdos anteriores através de uma panorâmica das plataformas de dados para aceder aos dados climáticos, juntamente com uma análise das ferramentas e exemplos de ferramentas de risco e vulnerabilidade às mudanças climáticas. A sessão também discute considerações e boas práticas em torno do fornecimento de dados sobre o clima, que podem variar significativamente em diferentes contextos.

5.5. Curso curto 5: Desenvolvimento de notas conceptuais e propostas de financiamento para os mecanismos de financiamento climático existentes

Aceder aqui:

<https://unilead.weadapt.org/short-course-5-developing-concept-notes-and-funding-proposals/>

O curso " Desenvolvimento de notas conceptuais e propostas de financiamento " fornece uma abordagem prática que equipa os participantes com as ferramentas e os conhecimentos essenciais necessários para desenvolver fichas de projeto/fichas técnicas e notas conceptuais, e a forma como esses processos são integrados nas propostas. Examina o processo de preparação do projeto, o acesso aos principais fundos climáticos no âmbito da CQNUMC em termos de áreas de investimento, critérios de investimento e instrumentos financeiros, e como abordar os principais critérios de investimento do Fundo Verde para o Clima.

Sessão 5.1: Os preliminares para o desenvolvimento dos documentos de síntese e das propostas de financiamento do FVC

A sessão apresenta o enquadramento concetual em torno da conceção de projectos para fundos climáticos. O formando terá uma visão global dos preliminares para o desenvolvimento de Notas Conceptuais e Propostas de Financiamento, o projeto de adaptação climática e as suas características e dicas para desenvolver um projeto robusto de adaptação climática. A sessão explorou as responsabilidades dos principais intervenientes, incluindo as autoridades

nacionais designadas, os pontos focais, as entidades acreditadas e os potenciais co-financiadores, os potenciais parceiros de execução, os co-promotores do projeto, os beneficiários, etc.

Sessão 5.2: O Fundo Verde para o Clima Desenvolvimento de propostas de adaptação

O desenvolvimento de uma proposta de adaptação bem sucedida ao FVC requer uma compreensão profunda das prioridades do fundo, bem como uma forte compreensão das metodologias de desenvolvimento de projectos. Esta sessão do curso tem como objetivo dotar os participantes de conhecimentos e competências para compreender o mandato do FVC, os objectivos estratégicos e os critérios de investimento, compreender as janelas de financiamento do FVC e os critérios de elegibilidade com enfoque na adaptação. A sessão apresenta uma visão geral do ciclo do projeto FVC e do processo de aprovação do projeto, e dá aos alunos dicas sobre os principais elementos a dominar na preparação de uma nota concetual do FVC, incluindo elementos práticos de lógica climática, teoria da mudança e Igualdade de Género e Inclusão Social (GESI) Mainstreaming e Plano de Ação, a transição da Nota Conceptual do FVC para Propostas de Financiamento, e o Mecanismo de Preparação de Projectos do FVC (PPF).

Sessão 5.3: Workshop de redação sobre o desenvolvimento de propostas do FVC

Esta sessão de formação prática centra-se no desenvolvimento de propostas do Fundo Verde para o Clima (FVC) (notas conceptuais e propostas de financiamento) e está estruturada como um workshop interativo destinado a orientar os formandos no processo de desenvolvimento de propostas de elevada qualidade para propostas de financiamento do FVC. Os formandos adquirirão competências na articulação de ideias e objectivos de projetos e praticarão a redação de propostas do FVC através de exercícios interativos e da revisão pelos pares. A sessão apresenta as melhores práticas na abordagem de cada um dos seis (6) critérios de investimento (potencial de impacto, potencial de mudança de paradigma, potencial de desenvolvimento sustentável, necessidades do beneficiário, apropriação pelo país, eficiência e eficácia) através de exemplos de propostas aprovadas e da forma como os promotores do projeto responderam a esses critérios. A integração da igualdade de género e da inclusão social (IGIS) nas propostas baseia-se nas ferramentas e nos estudos de caso apresentados no curso de curta duração 3. O processo de desenvolvimento da lógica climática para as propostas do FVC baseia-se nas ferramentas e nos estudos de caso apresentados no minicurso 4. O exercício sobre a teoria da mudança (TdM) também é proposto com base no modelo FVC, bem como nos elementos da nota concetual e das propostas de financiamento expostos e praticados.

6. Glossário

Termo	Definição
Adaptação	A adaptação refere-se a ajustamentos nos sistemas ecológicos, sociais ou económicos em resposta a estímulos climáticos reais ou previstos e aos seus efeitos. Refere-se a mudanças nos processos, práticas e estruturas para moderar os danos potenciais ou para beneficiar das oportunidades associadas às mudanças climáticas. Em termos simples, os países e as comunidades precisam de desenvolver soluções de adaptação e implementar ações para responder aos impactos actuais e futuros das mudanças climáticas.
Financiamento da adaptação	Recursos financeiros dedicados a actividades que ajudam as comunidades, as regiões e os países a adaptarem-se aos impactos das mudanças climáticas, tais como a construção de infra-estruturas resistentes ou o apoio a uma agricultura resistente ao clima.
Fundo de Adaptação	É um fundo internacional que financia projectos e programas destinados a ajudar os países em desenvolvimento a adaptarem-se aos efeitos nocivos das mudanças climáticas. Foi criado ao abrigo do Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.
Relatórios de avaliação (RA) (4, 5, 6)	Os Relatórios de Avaliação são avaliações exaustivas elaboradas pelo Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (PIMC) que sintetizam a investigação científica sobre as mudanças climáticas. Estes relatórios são publicados aproximadamente de seis em seis ou de sete em sete anos e estão divididos em vários volumes produzidos por três grupos de trabalho.
Financiamento misto	Uma combinação de financiamento público e privado destinada a atrair investimento privado para projectos que contribuam para a adaptação climática, reduzindo o risco para os investidores privados.
RBA	Os Relatórios Bienais de Atualização (RBA) são relatórios a apresentar pelas Partes não incluídas no Anexo I (países em desenvolvimento) do Acordo de Paris, contendo actualizações dos inventários nacionais de gases com efeito de estufa (GEE), incluindo um relatório de inventário nacional e informações sobre acções de mitigação, necessidades e apoio recebido.
Mudanças climáticas	É a variação significativa das condições meteorológicas médias que se tornam, por exemplo, mais quentes, mais húmidas ou mais secas - ao longo de várias décadas ou mais. É a tendência a longo prazo que diferencia as mudanças climáticas da variabilidade meteorológica natural.
Adaptação às mudanças climáticas (AMC)	É o processo de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. Estes podem ser tanto os impactos actuais como os previstos

Registo de dados climáticos	Séries temporais de medições com duração, consistência e continuidade suficientes para determinar a variabilidade climática e as mudanças climáticas
Financiamento climático	Refere-se aos recursos e instrumentos financeiros que são utilizados para apoiar ações no domínio das mudanças climáticas.
Informação sobre o clima	A recolha e análise de observações meteorológicas e climáticas reais, bem como simulações do clima para o passado, o presente e o futuro
Iniciativa de Política Climática (IPC)	A Iniciativa de Política Climática (IPC) é uma organização dedicada à melhoria das políticas energéticas e de utilização dos solos em todo o mundo, com o objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável e combater as mudanças climáticas. Fundada em 2009, a IPC trabalha no nexo entre finanças e políticas para ajudar os governos, as empresas e as instituições financeiras a impulsionar o crescimento económico e, ao mesmo tempo, a combater as mudanças climáticas.
Fundamentação Climática	Uma fundamentação climática fornece a base científica para a tomada de decisões sobre o clima com base em factos. Assegura que as ligações entre os impactos climáticos, a ação climática e os benefícios para a sociedade se baseiam plenamente nos melhores dados climáticos e científicos disponíveis.
Resiliência climática	A capacidade das comunidades, ecossistemas ou economias para resistir e recuperar dos efeitos das mudanças climáticas, assegurando que podem manter os ganhos de desenvolvimento apesar dos impactos climáticos.
Ciência Climática	O estudo da ciência climática não se concentra apenas no que torna importante a mudança do clima; estuda também a forma como esta afectará as pessoas em todo o mundo.
CMA	A CMA, ou Conferência das Partes, que funciona como a reunião das Partes do Acordo de Paris, é o órgão responsável por supervisionar a implementação do Acordo de Paris. A CMA analisa os progressos, define a agenda para ações futuras e assegura que os objectivos do Acordo de Paris estão a ser cumpridos. Inclui representantes dos países que ratificaram o Acordo de Paris e reúne-se anualmente durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, normalmente em paralelo com a COP (Conferência das Partes da CQNUMC). A CMA desempenha um papel crucial na condução da ação climática mundial e na facilitação da cooperação internacional para combater as mudanças climáticas.
Co-benefícios	Benefícios secundários dos projectos de adaptação climática, como a melhoria da qualidade do ar, a criação de emprego ou a conservação da biodiversidade, para além do objetivo principal de reduzir a vulnerabilidade climática.

Conferência das Partes (COP)	É o órgão supremo de decisão da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC). É composto por representantes de todos os países signatários da CQNUMC e reúne-se anualmente para avaliar os progressos na luta contra as mudanças climáticas, negociar e adotar novos acordos e definir políticas e medidas para atenuar e adaptar-se aos impactos das mudanças climáticas. Cada reunião é designada por COP seguida do seu número de sessão, como a COP21, que resultou no Acordo de Paris.
Análise Custo-Benefício (ACB)	A ACB é uma metodologia e uma ferramenta de tomada de decisões que ajuda a identificar soluções (opções políticas ou projetos de investimento) para uma afetação eficiente de recursos financeiros escassos. É geralmente realizada com referência a um projeto que está a ser considerado, mas que ainda não foi iniciado.
Análise custo-eficácia (ACE)	A análise custo-eficácia (CEA) compara os custos monetários de uma iniciativa com resultados como as toneladas de emissões de CO2 evitadas ou reduzidas em resultado de um projeto ou programa de intervenção. É semelhante ou, nalguns casos, igual a uma análise da relação custo-benefício ou do retorno social do investimento, em que o retorno é medido em termos não monetários.
Projectos de Intercomparação de Modelos Acoplados (PIMA)	Um quadro integrado no âmbito do qual são organizados vários Projectos de Intercomparação de Modelos (PIM) individuais. Os MIP são conjuntos de experiências e simulações concebidos para testar e comparar aspectos específicos dos modelos climáticos. Cada PIM individual estabelece um projeto experimental destinado a melhorar a compreensão de: processos físicos importantes no sistema climático; ou a resposta do sistema climático a fatores externos (como o aumento dos gases com efeito de estufa). Os cientistas encontram-se atualmente na Sexta Fase do Projeto de Intercomparação de Modelos de Acoplamento (CMIP6). O CMIP6 inclui também cenários e trajectórias que diferem em função dos níveis de intensidade dos gases com efeito de estufa.
Entidade de Acesso Direto (EAD)	É uma instituição acreditada para receber financiamento diretamente de fundos internacionais para o clima, como o Fundo Verde para o Clima (GCF) e o Fundo de Adaptação, para implementar projetos e programas relacionados com o clima. Ao contrário do acesso intermediário, em que os fundos são canalizados através de organizações internacionais, o acesso direto permite às entidades nacionais e regionais gerir e utilizar os fundos diretamente, o que pode reforçar a apropriação nacional, reforçar as capacidades locais e adaptar as intervenções aos contextos locais. As EAD desempenham um papel crucial na aplicação do financiamento da luta contra as mudanças climáticas, contribuindo para a eficácia e a sustentabilidade da ação climática ao assegurar que esta é conduzida e gerida a nível local.

Redução do risco de desastres (DRR)	A “redução do risco de desastres” pode ser definida como “a ação empreendida para reduzir o risco de desastres e os impactos adversos dos perigos naturais, através de esforços sistemáticos para analisar e gerir as causas dos desastres, nomeadamente evitando os perigos, reduzindo a vulnerabilidade social e económica aos perigos e melhorando a preparação para eventos adversos”. Por conseguinte, foi concebida para ajudar a contrariar os riscos acrescidos decorrentes das mudanças climáticas.
Adaptação baseada nos ecossistemas (AbE)	A utilização da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos como parte de uma estratégia global para ajudar as pessoas a adaptarem-se aos efeitos adversos das mudanças climáticas, como a recuperação de mangais para proteção costeira.
Igualdade	Igualdade de direitos, poder, acesso, tomada de decisões, responsabilidades e oportunidades para mulheres e homens, bem como igual consideração dos interesses, necessidades e prioridades de mulheres e homens, reconhecendo a diversidade dos diferentes grupos e das identidades de género.
Equidade	O processo de ser justo para homens e mulheres. Para garantir a equidade, é muitas vezes necessário adotar medidas para compensar (ou reduzir) as disparidades resultantes de desvantagens históricas e sociais que impedem as mulheres e os homens de funcionar numa base equitativa.
Primeiro Relatório de Avaliação (PRA)	O Primeiro Relatório de Avaliação (PRA) refere-se à primeira avaliação exaustiva da ciência das mudanças climáticas efectuada pelo Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (PIMC). Publicado em 1990, o PRA representou um marco na investigação e na política climática global. Continua a ser um documento seminal na história da ciência e da política climáticas, salientando a necessidade de uma ação colectiva para salvaguardar o planeta para as gerações futuras.
Fundo de resposta a Perdas e Danos (FPD)	O Fundo de Resposta a Perdas e Danos é um mecanismo financeiro criado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) para fazer face aos impactos adversos das mudanças climáticas que estão para além dos esforços de adaptação, muitas vezes referidos como perdas e danos. As perdas e danos podem incluir perdas irreversíveis de vidas, meios de subsistência e ecossistemas, bem como perdas não económicas, como o património cultural e os conhecimentos indígenas. Ao prestar apoio financeiro a medidas de adaptação e ao resolver perdas irreparáveis, o fundo contribui para criar resiliência e promover o desenvolvimento sustentável face aos desafios relacionados com o clima.
Género	Atributos sociais e oportunidades associados a: Ser mulher ou homem

Fundo Mundial para o Ambiente (GEF)	Trata-se de uma organização financeira internacional que concede subvenções e financiamentos para resolver questões ambientais globais. Criado em 1991, o GEF funciona como uma parceria entre 183 países, instituições internacionais, organizações não governamentais e o sector privado para apoiar projetos em várias áreas ambientais. O GEF desempenha um papel fundamental no financiamento e apoio aos esforços globais para enfrentar os desafios ambientais prementes, fomentando a cooperação internacional e promovendo o desenvolvimento sustentável.
Global Stocktake (GST)	Trata-se de um processo fundamental estabelecido no âmbito do Acordo de Paris para avaliar periodicamente os progressos coletivos no sentido de alcançar os seus objetivos a longo prazo. Serve como um mecanismo para rever a implementação do acordo e aumentar a ambição ao longo do tempo. O GST foi concebido para informar a tomada de decisões e facilitar a resposta global às mudanças climáticas, fornecendo uma avaliação abrangente e transparente dos esforços e resultados. O Global Stocktake é uma componente crítica da arquitetura do Acordo de Paris, desempenhando um papel vital na promoção da ambição, no reforço da transparência e na facilitação da cooperação global para enfrentar eficazmente a crise climática.
Fundo Verde para o Clima (GCF)	É um fundo para o financiamento do clima que foi criado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. O seu objetivo é ajudar os países em desenvolvimento nas atividades de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.
Gases com efeito de estufa (GEE)	Qualquer gás que absorve a radiação infravermelha na atmosfera. Os gases com efeito de estufa incluem, entre outros, o vapor de água, o dióxido de carbono (CO ₂), o metano (CH ₄), o óxido nitroso (N ₂ O), os hidroclorofluorcarbonos (HCFC), o ozono (O ₃), os hidrofluorcarbonos (HFC), os perfluorcarbonetos (PFC) e o hexafluoreto de enxofre (SF ₆).
Painel Consultivo Técnico Independente (PCTi)	Organismo mandatado pelo Fundo Verde para o Clima que funciona como um órgão consultivo técnico independente, responsável perante o Conselho de Administração. O PCTi efectua avaliações técnicas de notas conceptuais e propostas de financiamento para decidir se devem ser aprovadas, ao mesmo tempo que dá feedback aos proponentes dos projectos sobre a forma de melhorar vários elementos da sua proposta.
Mecanismos de seguro	Produtos financeiros concebidos para compensar as perdas resultantes dos impactos climáticos, ajudando as comunidades a recuperar de forma mais rápida e eficaz.
Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (PIMC)	O PIMC é um organismo científico criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1988 para fornecer aos decisores políticos avaliações exaustivas da base científica das mudanças climáticas, dos seus impactes e das potenciais opções de adaptação e mitigação. O IPCC funciona sob os auspícios da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP/PNUA).

Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (PIMC)	O organismo oficial das Nações Unidas para avaliar as mudanças climáticas. O objetivo do PIMC é fornecer aos governos, a todos os níveis, informações científicas que possam utilizar para desenvolver políticas climáticas. Os relatórios do IPCC são também um contributo fundamental para as negociações internacionais sobre as mudanças climáticas. Uma atividade emblemática do PIMC é o desenvolvimento de relatórios de avaliação, para os quais milhares de peritos disponibilizam o seu tempo como autores do PIMC para avaliar os milhares de artigos científicos publicados todos os anos, a fim de fornecer um resumo exaustivo do que se sabe sobre os factores que provocam as mudanças climáticas, os seus impactos e riscos futuros, e como a adaptação e a mitigação podem reduzir esses riscos.
Entidade Internacional Acreditada (EIA)	EIA refere-se a uma organização ou instituição que foi acreditada por um mecanismo multilateral de financiamento do clima, como o Fundo Verde para o Clima (GCF), para aceder e gerir recursos de financiamento do clima. As Entidades Internacionais Acreditadas desempenham um papel crucial na facilitação do fluxo de financiamento climático, promovendo a colaboração e o reforço de capacidades e apoiando os países nos seus esforços para enfrentar os desafios das mudanças climáticas.
União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)	Uma organização internacional que trabalha no domínio da conservação da natureza e da utilização sustentável dos recursos naturais. Fundada em 1948, a UICN tornou-se a autoridade mundial sobre o estado do mundo natural e as medidas necessárias para o salvaguardar. Está envolvida na recolha e análise de dados, investigação, projectos no terreno, defesa de causas e educação. A missão da UICN é “influenciar, encorajar e ajudar as sociedades de todo o mundo a conservar a natureza e a assegurar que qualquer utilização dos recursos naturais seja equitativa e ecologicamente sustentável”.
Interseccionalidade	A interseccionalidade permite compreender que os seres humanos são moldados pela interação de diferentes localizações sociais, como a etnia ou a raça, o género, a classe, a indigeneidade, a sexualidade, a geografia, a idade, a deficiência/incapacidade, o estatuto migratório, a religião, etc. Estas interações ocorrem no contexto de sistemas e estruturas de poder interligados, como a lei, as políticas, os meios de comunicação social, os governos estatais, as instituições religiosas, etc. Estes processos contribuem para bases sistémicas interdependentes de privilégio e opressão derivadas do colonialismo, do imperialismo, do racismo, da homofobia, do capacitismo e do patriarcado.
Países Menos Avançados (PMA)	Os PMA são nações que enfrentam desafios estruturais significativos ao desenvolvimento sustentável, incluindo baixos rendimentos, fraco capital humano e vulnerabilidade a choques económicos, ambientais e sociais. A categoria dos PMA é oficialmente reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a lista dos PMD é revista e actualizada de três em três anos pelo Comité das Nações Unidas para a Política de

	Desenvolvimento (CDP). Apoiar os PMA para que superem a pobreza, alcancem o desenvolvimento sustentável e criem resiliência aos choques externos é essencial para promover a prosperidade global e garantir que ninguém seja deixado para trás na prossecução dos ODS.
Fundo para os Países Menos Avançados (FPMA)	O Fundo para os Países Menos Avançados (FPMA) é um mecanismo financeiro criado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) para apoiar as nações mais vulneráveis na resposta aos impactos adversos das mudanças climáticas. O fundo foi especificamente concebido para ajudar os países menos desenvolvidos (PMA) a implementar projectos e programas de adaptação para aumentar a sua resistência às mudanças climáticas. Ao fornecer recursos financeiros e assistência técnica, o FPMA ajuda os PMA a criar resiliência, proteger os meios de subsistência e salvaguardar os ecossistemas, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável e garantindo que ninguém é deixado para trás na resposta global às mudanças climáticas.
Perdas e danos	Refere-se aos impactos negativos das mudanças climáticas com os quais as pessoas não conseguiram lidar ou aos quais não conseguiram se adaptar, que exigem compensação financeira ou outras formas de apoio.
Integração	Integrar uma perspetiva de igualdade entre homens e mulheres em todas as fases e níveis das políticas, programas e projectos.
Mitigação	Uma vez que existe uma relação direta entre as temperaturas médias globais e a concentração de gases com efeito de estufa na atmosfera, a chave para a solução do problema das mudanças climáticas reside na diminuição da quantidade de emissões libertadas para a atmosfera e na redução da atual concentração de dióxido de carbono (CO ₂) através do aumento dos sumidouros (por exemplo, aumento da área florestal). Os esforços para reduzir as emissões e aumentar os sumidouros são designados por “mitigação”.
Análise multi-critério (AMC)	A AMC descreve qualquer abordagem estruturada utilizada para determinar as preferências globais entre opções alternativas, quando as opções cumprem vários objectivos. Na AMC, os objectivos desejáveis são especificados e os atributos ou indicadores correspondentes são identificados. A medição efectiva dos indicadores não tem de ser feita em termos monetários, mas baseia-se frequentemente na análise quantitativa (através de pontuação, classificação e ponderação) de uma vasta gama de categorias e critérios de impacto qualitativo.
Plano Nacional de Adaptação (PNA)	Um processo de planeamento estratégico que permite aos países identificar e responder às suas necessidades de adaptação a médio e longo prazo, integrando a resiliência climática no planeamento do desenvolvimento nacional. O processo dos PNA foi estabelecido no âmbito do Quadro de Adaptação de Cancún (2010), a fim de preparar os países para enfrentar os riscos climáticos. Os principais objectivos dos PNA são a redução da vulnerabilidade às mudanças climáticas e a

	integração da adaptação às mudanças climáticas em todos os níveis de planeamento
Contribuições Nacionalmente Determinadas (CND)	CND são planos climáticos nacionais que destacam as acções climáticas, incluindo metas, políticas e medidas relacionadas com o clima que os governos pretendem implementar em resposta às mudanças climáticas e como contribuição para a ação climática global. O conceito de determinação nacional é fundamental para os CND.
Soluções baseadas na natureza (SbN)	Estratégias que envolvem a proteção, a gestão sustentável e a recuperação de ecossistemas naturais ou modificados para enfrentar os desafios sociais, contribuindo de forma eficaz e adaptativa para o bem-estar humano e os benefícios da biodiversidade
Soluções baseadas na natureza (SbN)	As soluções baseadas na natureza abordam os desafios sociais através de acções destinadas a proteger, gerir de forma sustentável e recuperar os ecossistemas naturais e modificados, beneficiando simultaneamente as pessoas e a natureza. Visam grandes desafios como as mudanças climáticas, a redução do risco de desastres, a segurança alimentar e hídrica, a perda de biodiversidade e a saúde humana, e são fundamentais para o desenvolvimento sustentável.
Novo objetivo coletivo quantificado em matéria de financiamento climático (NCQG)	O NCQG é um novo objetivo global de financiamento climático que a Conferência das Partes, na sua qualidade de reunião das Partes do Acordo de Paris (CMA), deve fixar a partir de um limite mínimo de 100 mil milhões de dólares por ano, antes de 2025.
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)	A OCDE é uma organização internacional composta por 38 países membros, na sua maioria economias de elevado rendimento, que colaboram para promover políticas que melhorem o bem-estar económico e social em todo o mundo. Criada em 1961, a OCDE funciona como um fórum para os governos discutirem e coordenarem políticas económicas, partilharem as melhores práticas e enfrentarem desafios globais. Através da sua investigação, análise e diálogo político, a OCDE ajuda os governos a lidar com questões económicas, sociais e ambientais complexas e a construir sociedades mais resistentes, inclusivas e sustentáveis.
Envolvimento do sector privado	Envolvimento de empresas e investidores privados no financiamento e na aplicação de medidas de adaptação às mudanças climáticas, potenciando a inovação, a eficiência e os recursos do sector privado.
Parceria Público-Privada (PPP)	Acordos de colaboração entre entidades governamentais e empresas do sector privado para financiar e executar projectos, incluindo os relacionados com a adaptação às mudanças climáticas, que podem envolver riscos e benefícios partilhados
Títulos de resiliência	Instrumentos financeiros que permitem aos investidores financiar projectos de resiliência, tais como melhorias nas infra-estruturas, e receber retornos baseados na redução do risco de impactos climáticos.

Segundo Relatório de Avaliação (SRA)	O Segundo Relatório de Avaliação (SAR) é uma avaliação exaustiva da ciência das mudanças climáticas, dos seus impactos e das respostas políticas, efectuada pelo Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC). Publicado em 1995, o SAR baseou-se nas conclusões do Primeiro Relatório de Avaliação (FAR) e forneceu informações atualizadas sobre o estado dos conhecimentos relativos às mudanças climáticas.
Sexo	Características biológicas e fisiológicas que definem o ser humano como: homem ou mulher.
Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID/SIDS)	Os SIDS são um grupo de países reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como enfrentando desafios de desenvolvimento únicos e específicos devido ao seu pequeno tamanho, base de recursos limitada, isolamento geográfico e vulnerabilidade a choques externos, incluindo mudanças climáticas e desastres naturais.
Fundo Especial para as Mudanças Climáticas (FEMC)	O FEMC é um mecanismo financeiro estabelecido ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) para apoiar os países em desenvolvimento na abordagem dos impactos adversos das mudanças climáticas e na implementação de projetos e programas relacionados com o clima. Contribui para a consecução dos objetivos climáticos globais e promove a cooperação e a solidariedade internacionais face às mudanças climáticas.
Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Um conjunto de 17 objetivos globais definidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, que incluem metas específicas relacionadas com a ação climática (ODS 13), bem como objetivos que apoiam a adaptação às mudanças climáticas através do desenvolvimento sustentável.
Assistência técnica	Apoio prestado a países e organizações sob a forma de conhecimentos especializados, formação e transferência de conhecimentos para ajudar a conceber, implementar e gerir projetos de adaptação às mudanças climáticas de forma eficaz.
O Comité Permanente de Finanças (CPF)	O CPF é um órgão subsidiário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC), criado para assistir a Conferência das Partes (COP) na avaliação e revisão do mecanismo financeiro da Convenção. Ao fornecer análises especializadas, aconselhamento político e apoio ao desenvolvimento de capacidades, o CPF contribui para reforçar a eficácia, a transparência e a responsabilização da arquitetura do financiamento global da luta contra as mudanças climáticas e para fazer avançar a implementação da ação climática nos países em desenvolvimento.

Terceiro Relatório de Avaliação (TRA)	O TRA é uma avaliação abrangente da ciência, dos impactos e das respostas políticas em matéria de mudanças climáticas realizada pelo Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (PIMC). Publicado em 2001 e 2002, o TRA representou um avanço significativo na compreensão das mudanças climáticas em comparação com avaliações anteriores. Ajudou a catalisar os esforços internacionais para combater as mudanças climáticas e preparou o terreno para avaliações subsequentes e desenvolvimentos políticos, incluindo a adoção do Protocolo de Quioto e a negociação do Acordo de Paris.
Relatórios Bienais de Atualização da CQNUMC (RBA)	As RBA são relatórios a apresentar à CQNUMC por Partes não incluídas no anexo I, contendo atualizações dos inventários nacionais de gases com efeito de estufa (GEE), incluindo um relatório de inventário nacional e informações sobre ações de mitigação, necessidades e apoio recebido. Esses relatórios fornecem atualizações sobre as medidas tomadas por uma Parte para aplicar a Convenção, incluindo o estado das suas emissões de gases com efeito de estufa e as remoções por sumidouros, bem como sobre as medidas destinadas a reduzir as emissões ou a aumentar os sumidouros.
Relatórios de inventário nacional da CQNUMC (RIN)	Como parte do acordo da Convenção, as Partes no Anexo I são obrigadas a fornecer um inventário anual dos GEE que abranja as emissões e remoções diretas de GEE (dióxido de carbono (CO ₂), metano (CH ₄), óxido nitroso (N ₂ O), perfluorocarbonos (PFC), hidrofluorocarbonos (HFC), hexafluoruro de enxofre (SF ₆) e trifluoruro de azoto (NF ₃)) de cinco setores (energia; processos industriais e utilização de produtos; agricultura; utilização dos solos, reflorestação dos solos e silvicultura (LULUCF); e resíduos), e para todos os anos desde o ano-base (ou período) até aos dois anos anteriores ao vencimento do inventário.
Acordo de Paris da CQNUMC	O Acordo de Paris é um tratado internacional juridicamente vinculativo sobre as Mudanças climáticas. Foi adotado por 196 Partes na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21), realizada em Paris, França, em 12 de dezembro de 2015. A diretiva entrou em vigor em 4 de novembro de 2016. O seu objetivo global é manter "o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais" e prosseguir os esforços "para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais". No entanto, nos últimos anos, os líderes mundiais salientaram a necessidade de limitar o aquecimento global a 1,5°C até ao final deste século. O Acordo de Paris é um marco no processo multilateral de mudanças climáticas porque, pela primeira vez, um acordo vinculativo reúne todas as nações para combater as mudanças climáticas e adaptar-se aos seus efeitos.

Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA)	O PNUA é a principal autoridade ambiental global que define a agenda ambiental global, promove a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável dentro do sistema das Nações Unidas e atua como um defensor autorizado do meio ambiente global. Através da sua liderança, defesa e assistência técnica, o PNUA contribui para a consecução dos objetivos ambientais globais e para a realização de um futuro mais sustentável e equitativo para todos.
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC)	A CQNUMC é um tratado internacional adotado em 1992 na Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, Brasil. É o principal instrumento multilateral para fazer face às alterações climáticas a nível mundial. Estabelece os princípios, objetivos e disposições institucionais para os esforços internacionais para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, promover a adaptação e promover o desenvolvimento sustentável face às alterações climáticas.
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC)	O secretariado da CQNUMC (<i>UN Climate Change</i>) é a entidade das Nações Unidas encarregada de apoiar a resposta global à ameaça das alterações climáticas. CQNUAC significa Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. A Convenção tem uma adesão quase universal (198 Partes) e o objetivo último dos três acordos no âmbito da CQNUMC é estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera a um nível que evite uma interferência humana perigosa no sistema climático, num prazo que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente e permita o desenvolvimento sustentável.
Vulnerabilidade	A vulnerabilidade varia muito entre comunidades, setores e regiões. Esta diversidade do “mundo real” é o ponto de partida para uma avaliação da vulnerabilidade. As comparações internacionais da vulnerabilidade tendem a centrar-se em indicadores nacionais, por exemplo, para agrupar países menos desenvolvidos ou para comparar os progressos no desenvolvimento humano entre países com condições económicas semelhantes. A nível nacional, as avaliações da vulnerabilidade contribuem para a definição de prioridades de desenvolvimento e para o acompanhamento dos progressos. As avaliações sectoriais fornecem mais pormenores e objectivos para os planos de desenvolvimento estratégico. A nível local ou comunitário, podem ser identificados grupos vulneráveis e implementadas estratégias de sobrevivência, recorrendo frequentemente a métodos participativos. Mudanças climáticas (PIMC): Vulnerabilidade = Risco (impactos climáticos adversos previstos) - Adaptação
Organização Meteorológica Mundial (OMM)	A OMM é uma agência especializada das Nações Unidas responsável pela promoção da cooperação internacional em meteorologia (tempo e clima), hidrologia (recursos hídricos) e domínios conexos. Através dos seus esforços para reforçar os serviços meteorológicos e hidrológicos, desenvolver capacidades e promover a investigação científica e a

	inovação, a OMM contribui para o desenvolvimento sustentável e a resiliência das sociedades face aos riscos e desafios relacionados com o tempo e o clima.
--	--